

REVISTA DE DIREITO CIVIL

Ano I (2016), 2

REVISTA DE DIREITO CIVIL

Ano I (2016), 2

Diretor: ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

Comissão de redação

António Menezes Cordeiro

Miguel Teixeira de Sousa

Pedro Romano Martinez

Luís Menezes Leitão

Proprietário: Instituto de Direito Privado – Faculdade de Direito de Lisboa

NIPC 513 319 425

Sede e Redação: Faculdade de Direito de Lisboa – Alameda da Universidade – 1649-014 Lisboa

Editora: Edições Almedina, SA

Rua Fernandes Tomás n.ºs 76, 78, 80

Telef.: 239 851 904 – Fax: 239 851 901

3000-167 Coimbra – Portugal

editora@almedina.net

Publicação: quatro números anuais

Tiragem: 500 exemplares

Assinatura anual € 77,00 (12,5% de desconto sobre o total dos números avulsos)

Número avulso € 22,00

Coordenação e revisão: Veloso da Cunha

Execução gráfica: DPS - Digital Printing Services, Lda.

Depósito legal: 289864/09

N.º de registo na ERC – 126651

ÍNDICE

DOUTRINA

DÁRIO MOURA VICENTE

A autonomia privada e os seus diferentes significados à luz do Direito comparado 277

ANTÓNIO PEDRO A. FERREIRA

Breve apontamento sobre o contrato de garantia financeira e suas modalidades. 307

RUI MARQUES

A propósito da simulação: uma figura do Direito civil emprestada ao Direito tributário 359

LOURENÇO LEIRIA DE MENDONÇA NORONHA DOS SANTOS

A posição jurídica do prejudicado no abuso do direito 377

DANIELA MIRANTE

Da natureza jurídica do contrato celebrado entre o empresário desportivo e o praticante desportivo 419

FRANCISCO DA CUNHA MATOS/IÑAKI CARRERA

Pode o Tribunal condenar no pagamento de juros de mora se o autor não formulou o correspondente pedido na petição inicial? – Da relação axiológica entre o Princípio do Pedido e a função sócio-jurídica da obrigação de indemnizar 437

JOÃO SERRAS DE SOUSA

A cross default num confronto com a Lei das Cláusulas Contratuais Gerais: uma questão de validade 451

MARIA JOÃO AMADO/VANESSA DE ALMEIDA SANTOS

A desinformação na escolha do regime de bens: da presunção juris tantum quanto à propriedade dos bens no regime supletivo, na (des)informação na escolha até à separação total 481

LUÍS FELIPE SILVA

<i>Oponibilidade do abuso de direito à Administração Pública, sob a perspectiva comparativa entre os ordenamentos jurídicos português e brasileiro</i>	497
--	-----